

O PARTIDO NAZISTA E O MITO DA QUINTA COLUNA NO BRASIL

Luís Edmundo de Souza Moraes¹

Igor Gak²

Resumo: O propósito deste artigo é o de apresentar os contornos disto que chamamos de “mito do quinta-colunismo” no Brasil e dos fundamentos que o sustentam até nossos dias. A ideia fundamental por trás do mito da quinta coluna é de que o partido nazista teria se infiltrado no Brasil para agir subterraneamente no país com propósito de facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista. Nossa expectativa é a de, por meio de um estudo de caso, ilustrar o fato de que nem o Brasil nem a América do Sul ocupavam qualquer lugar no projeto expansionista do “Terceiro Reich”.

Palavras-chave: Nazismo no Brasil, Mito da Quinta-Coluna, Terceiro Reich, Otto Schulz-Kampfhenkel (1910-1989)

¹ Doutor em História pelo Centro de Pesquisas sobre o Antissemitismo da Universidade Técnica de Berlim, Professor de História Contemporânea do Departamento de História e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ. Coordenador do *Núcleo de Estudos da Política*, NUEP/UFRRJ. Email: luismoraes@ufrj.br

² Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), doutorando do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, Alemanha.

Abstract: The purpose of this article is to present the outlines of what we call “the myth of the Fifth-Column” in Brazil and the foundations that support it until today. The basic idea behind this myth is that there was an infiltration of the Nazi Party in Brazil with the aim of, by its underground activities in the country, to facilitate the invasion of the country by Nazi Germany. What we expect, by means of a case study, is to show that neither for Brazil nor for South America there is evidence to support the idea that they were somehow included in the expansionist project of the “Third Reich”.

Keywords: Nazism in Brazil; Myth of the Fifth-Column; Third Reich; Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989)

A segunda metade da década de trinta vê o espaço público no Brasil atravessado por dois “perigos” que implicavam, de forma diferenciada, em um risco à soberania do país. De um lado, o chamado “perigo vermelho” que, associado à chamada “intentona comunista” de novembro de 1935³, se tornou tema regular na imprensa e objeto de vigorosa repressão policial. De outro, o partido nazista que, um pouco mais tarde, passou a ser visto como o aparelho coordenador da ação de uma *quinta coluna* no Brasil.⁴

Derivada de uma teoria mais geral sobre o “perigo alemão”, que tem suas primeiras elaborações em fins do século XIX (GERTZ, 1991; SEYFERTH, 1989), a ideia de que a presença do partido nazista no Brasil representava um risco à integridade do país nunca esteve desconectada do fato de existirem áreas colonizadas por “alemães”, em especial nos estados do sul.

³ Em setembro de 1937, os jornais cariocas trazem nas capas, lado a lado, notícias sobre o julgamento dos comunistas que se envolveram com a tentativa de golpe em 1935 e notícias sobre os perigos do nazismo no sul do país. Cf., dentre outros, *O Globo* 09/09/37 e 16/09/1937, ambos na pg 1.

⁴ O termo “Quinta Coluna” tem sua origem na Guerra Civil Espanhola, durante as operações que levaram à queda de Madrid. Um aviso foi enviado aos republicanos que, além das quatro colunas do exército de Franco, existia uma força franquista organizada infiltrada na cidade, a “quinta”, que esperava o momento certo para, pela retaguarda, agir e contribuir para a queda da cidade. Cf. AXELROD, 2007. Pg 332.

⁵ As siglas correspondem em alemão a: **Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei** (NSDAP) e **Auslandsorganisation der NSDAP** (AO).

Os seus fundamentos foram apresentados de forma lapidar pelo jornalista uruguaio, Hugo Fernandez Artúcio, no livro *Subterrâneo Nazista na América do Sul*.

“O Estado alemão e o Partido Nazista existem onde quer que existam membros da comunidade nacional alemã. Pois: nenhum indivíduo, nenhuma instituição - seja política, econômica, religiosa ou cultural - pode possuir direitos superiores aos do partido. O partido tem prioridade sobre todos os indivíduos e sobre todas as instituições. O partido tem precedência moral, jurídica e material absoluta em todo o mundo. Conseqüentemente, onde quer que haja indústrias alemãs, casas comerciais, escolas, igrejas, ou simplesmente membros individuais da comunidade alemã, lá estará a “Grande Alemanha”, cujo direito de ocupar e depois de possuir a terra ocupada torna-se o direito de conquista, que Hitler se sente livre para utilizar sempre que se adequar à estratégia criativa do Grande Império Alemão de 250 milhões de pessoas”. (ARTÚCIO, 1942: 23)

Em se tratando de uma seção do partido nazista no estrangeiro, ligado ao partido na Alemanha por meio da *Organização para o Exterior do Partido Nazista* (NSDAP-AO ou simplesmente AO⁵), esta ideia pareceu estar solidamente fundada. Afinal, o “Terceiro Reich” possuía um projeto expansionista que teria como propósito, diziam, a dominação do mundo.

Em função disto, os supostamente existentes “planos de dominação mundial” de Hitler forneceram subsídios infindáveis tanto para os materiais de contrapropaganda dos aliados quanto para a imprensa diária nas décadas de 30 e 40.

Este tema foi caro especialmente a jornalistas e policiais, cujos escritos, em geral de denúncia, não deixavam dúvidas quanto ao fato de ser a América do Sul, em especial os países com presença de imigrantes alemães, alvo direto da política expansionista de Hitler.

⁶ Não é correta, por exemplo, a informação prestada por Seitenfus de que “em fins de 1934, o NSDAP envia ao Brasil, Hans von Cossel, que se estabelece em São

Estes escritos produziram efeitos importantes no espaço público brasileiro neste período. Foi a partir deles que se justificou tanto a montagem de uma estrutura repressiva aos nazistas no Brasil, quanto a contínua vigilância da sociedade contra o inimigo.

Mas esses efeitos ultrapassaram em muito os tempos do nazismo. A ideia de que a própria presença do partido nazista no Brasil foi a evidência inquestionável dos “planos de agressão de Hitler” acompanhou muitos dos trabalhos que, de alguma forma, faziam referência ao partido.

Ao lado de artigos acadêmicos, também em entrevistas ou em artigos de jornal, as bases assentadas nesses muitos anos em que esta história foi construída e contada continuaram a mostrar seu vigor e a impregnar as nossas representações sobre o nazismo no Brasil.

O propósito deste artigo é o de apresentar os contornos disto que chamamos de “mito do quinta-colunismo” e dos fundamentos que o sustentam até nossos dias. Além disso, a expectativa é a de, por meio de um estudo de caso, ilustrar o fato de que nem o Brasil nem a América do Sul ocupavam qualquer lugar no projeto expansionista do “Terceiro Reich”.

1 O NSDAP e a Tese do Quinta-Colunismo

Na história do partido nazista no Brasil têm destaque as experiências locais. O partido se construiu de forma descentralizada entre 1928 e 1931 por grupos que não tinham contato entre si. Foram estes núcleos que entraram em contato com o partido nazista em Munique para estabelecer contato e pedir filiação, tendo a direção do partido na Alemanha reagido a esta demanda. Em razão de disputas internas, só se constitui uma direção centralizada e estável para todos os grupos existentes no país em 1934, com sede em São Paulo, que funcionou legalmente até 1938, quando o partido foi proibido.⁶

Paulo e torna-se o representante-chefe do NSDAP no País”. (SEITENFUS, 2000: 51). Hans Henning von Cossel, faz parte do grupo que funda o partido em São Paulo ainda em 1931 (sendo responsável pela Secretaria de Imprensa e Propaganda), tendo chegado ao Brasil antes disto. Cf. MORAES, 2005: 137.

⁷ Em relação à história da seção do NSDAP no Brasil. GERTZ, 1987; MORAES, 2005 e 2008, DIETRICH, 2007; ISOLAN, 2011.

Não é possível ter certeza de quantos núcleos existiram, mas até agora foi possível registrar 107 núcleos organizados em 11 estados, tendo alcançado algo em torno de 3.000 membros e talvez duas vezes este número em pessoas próximas mas que não eram membros inscritos. Isto fez desta a maior seção do partido nazista fora da Alemanha em números absolutos.

O partido tinha uma estrutura piramidal, indo da direção nacional (*Landesgruppenleitung*), direções regionais (*Kreisleitungen*), locais (*Stützpunkt-* e *Ortsgruppenleitungen*) e organismos de base (*Zellen*). Ao lado desta estrutura, o partido nazista possuía organizações paralelas. No Brasil foram até agora registradas quatro destas organizações: a *Nationalsozialistische Frauenschaft* – NSF (Coletivo de Mulheres Nacional Socialistas), a *Hitlerjugend/Deutschbrasilianisches Jugendring* –HJ/DBJ (Juventude Hitlerista/Círculo da Juventude Teuto Brasileira), a *Deutsche Arbeitsfront* – DAF (Frente Alemã do Trabalho) e a *Nationalsozialistische Lehrerbund* (Liga de Professores Secundários Nacional Socialistas).

O partido contou ainda com pelo menos oito órgãos de imprensa semanais e mensais e um anual, dos quais somente dois existiram desde o início da década de 30 até a proibição do partido e um deles foi publicado até 1941. O partido tinha militantes em várias associações daquilo que se pode chamar de um *espaço público de língua alemã* em diversas cidades brasileiras, como associações culturais, esportivas, educacionais e outras. O partido mantinha atividade interna regular e atividades públicas em todos os locais em que estava estabelecido. Tinham destaque os eventos de grande porte, como as celebrações do primeiro de maio, chamado de *Dia do Trabalho Alemão*, e do dia 20 de abril, aniversário de Adolf Hitler, realizados, em geral, em praças públicas ou em Estádios de Futebol. Em várias destas *celebrações*, brasileiros com algum prestígio local ou regional eram convidados e, em alguns casos, partilhavam o palanque com os membros do partido.

O partido tinha atividade financeira regular, com contribuições internas, coletas públicas e, uma vez por ano, com a campanha de auxílio de inverno aberta a toda sociedade circundante. Isto fez com que ele fosse financeiramente autossuficiente e que enviasse dinheiro para a Alemanha de tempos em tempos.⁷

⁸ Cf. "O 'Times' e as influências nazistas no Brasil: o texto integral do artigo publicado pelo jornal londrino". *Correio da Manhã*, 3 de setembro de 1937, pg 10.

Em relação à forma como as autoridades brasileiras reagiram ao partido, até o final dos anos 30 não é possível identificar nenhuma regularidade nem de governos e polícia nem da imprensa. Até 1937 podem ser registradas reações ao partido tanto de acolhimento e tolerância quanto de desconfiança e de enfrentamento. Os registros que se tem de ações de repressão em relação à Seção do NSDAP no Brasil vêm fundamentalmente, já a partir de inícios de 1937, dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (MORAES, 2005, p. 178-180.)

A partir da segunda metade de 1937 o partido passou a ser alvo de ações sistemáticas de repressão tanto de autoridades locais quanto do governo federal. Este foi também o momento em que ele passou a aparecer com regularidade nas páginas da imprensa em língua portuguesa e se tornou um tema também no parlamento federal.

A virada na forma como o partido foi tratado no Brasil pode ser localizada com alguma precisão e tem relação direta com um artigo publicado no *Times* de Londres em 2 de setembro de 1937.

Escrito por um correspondente que teria estado no Brasil pouco antes, o artigo, cujo título era "Os Nazistas no Exterior: uma imagem do Brasil" (*Nazis Abroad, a Picture from Brasil*), oferecia um cenário alarmante para o nacionalismo daqueles tempos. Com grande repercussão na imprensa brasileira, já no dia 3 de setembro o artigo foi reproduzido em português em diversos jornais do país.

O artigo do *Times* não deixava dúvidas de que a situação era alarmante e de que o perigo era muito concreto:

"O modo pelo qual os cidadãos germânicos que vivem no estrangeiro formam as suas comunidades nazistas, através da organização externa do Ministério do Exterior da Alemanha, está perfeitamente exemplificado pelo que eles empreendem no Brasil.

Os estados mais meridionais do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encerram grandes estabelecimentos de colonização de descendentes de alemães.

Estas 'colônias alemãs', desde muito antes da Grande Guerra e do advento do regime de Hitler, têm sido carinhosamente tuteladas pela Alemanha. (...)

Através de escolas subsidiadas e de professores mandados da Alemanha (...) o sentimento nacionalista alemão tem sido cuidadosamente fomentado.

A grande maioria dos brasileiros natos, descendentes dos colonos germânicos, têm sido ensinada de que é à Alemanha e não ao Brasil que eles devem fidelidade. (...)

O regime de Hitler intensificou a propaganda germânica no Brasil e o pensamento germanófilo tem sido estimulado numa proporção jamais conhecida (...).

(...) Em Blumenau a maior parte da juventude brasileira – e não meramente alemã – é obrigada a fazer parte da organização 'Hitler Jugend' (Juventude Hitlerista). Os seus juramentos de fidelidade têm de ser renovados a cada dois meses. Recentemente foi despachado para o Brasil um representante do regime de Hitler, com plenos poderes para controlar todas as atividades não somente dos alemães, mas também dos próprios brasileiros no sul do país.

(...) Estão sendo tomadas providências para que os bebês nazistas nasçam no "velho mundo" e comecem a vida legalmente sob a cidadania germânica.

Os navios alemães que fazem escala nos portos brasileiros têm ordem de embarcar as parturientes alemães ou descendentes de alemães para que as crianças venham ao mundo sob a bandeira alemã.

(...)

Tudo quanto entra em Blumenau, seja por via marítima, seja por via terrestre, e até mesmo correspondência, é sujeito ao controle dos agentes da NSDAP (National-sozialistische Deutsche Arbeiter Partei), cuja organização de censura é severíssima".⁸

⁸ Cf. "Poder Legislativo: Câmara dos Deputados." *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1937, pg 4.

No dia seguinte, da tribuna da Câmara dos Deputados, o deputado Café Filho fez um requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministério do Exterior sobre o artigo do *Times* e sobre as providências tomadas e por tomar em relação à “espionagem e infiltração nazista no Brasil”.⁹

Nos dias seguintes, a imprensa manteve a matéria aquecida. O *Globo* levou o tema aceso até outubro, enviando repórteres para a região colonial de Santa Catarina e fazendo reportagens em série sobre o tema da infiltração nazista no Brasil com cores vibrantes.¹⁰

No final do mês, começou a ser anunciada a primeira manifestação pública derivada do clima que se criou no país por conta do artigo do *Times*. Trata-se do *Comício contra a Infiltração Nazista no Brasil*, convocado pela recém constituída Frente Nacional Democrática para se realizar em São Paulo no dia 1º de outubro de 1937.¹¹

E o partido nazista no Brasil, que circulava no espaço público sem muitos problemas em boa parte do país, passou a enfrentar dificuldades crescentes. Entre fins de 1937 e princípios de 1938 o NSDAP foi objeto de repressão da polícia em alguns estados da federação. Ao lado de prisões e de buscas em residências, o partido e o Círculo da Juventude Teuto-Brasileira foram proibidos nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estas medidas, foram avaliadas em princípios de março de 1938 como “equivocos de alguns funcionários locais ultra-zelosos” pelo *Landesgruppenleiter* von Cossel e pelo embaixador alemão Ritter.¹²

¹⁰ As reportagens tem início no dia 10 sob o título de A Infiltração Nazista no Brasil e se encerram em 19 de outubro. O *Globo*, 10 de setembro de 1937, pg 1. Neste sentido não se sustenta a afirmação de que “a repercussão [das denúncias feitas sobre os nazistas no Brasil] foi próxima de zero”, feita por Sergio Corrêa da Costa em seu *Crônica de uma Guerra Secreta*. (COSTA, 2004, p. 255.)

¹¹ Cf. “Frente Nacional Democrática de São Paulo: Comício contra a Infiltração Nazista no Brasil”. *Correio da Manhã*, 28 de setembro de 1937, p 3.

¹² Cf. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes* R 104945, Embaixada ao *Auswärtiges Amt* (Ministério do Exterior Alemão), 3.3.38; idem R 104942, Embaixada ao *Auswärtiges Amt*, 26.10.38; idem R 104945, Embaixada ao *Auswärtiges Amt*, 10.3.38

Mas as medidas seguintes contra o partido e contra outras instituições dos espaços públicos de língua alemã, principalmente contra as escolas, fizeram com que o embaixador Ritter, já em finais de março, corrigisse seu erro de avaliação e classificasse estes processos em um relatório para Ministério das Relações Exteriores alemão não mais como equívocos mas sim como estratégia do governo:

“É difícil ver claramente quais as razões que levaram o Governo brasileiro a fazer nos últimos meses uma campanha contra os alemães no Brasil, tanto os cidadãos alemães e suas organizações como contra os alemães que possuem cidadania brasileira. (...) O próprio governo federal e vários governos estaduais, não só permitem que uma campanha seja feita contra o NSDAP, contra membros individuais do partido, escolas alemães etc., mas até a aprovam. (...) O Presidente está obcecado com a ideia de eliminar as diferenças étnicas existentes na população brasileira (...).”¹³

Tudo isto culminou no decreto-lei nº 383 de 18 de abril de 1938, que proibia toda e qualquer atividade política a indivíduos ou organizações estrangeiras em território brasileiro. As medidas do governo brasileiro foram comunicadas imediatamente a Berlim pela representação diplomática alemã no Brasil, e foram respondidas com inócuas notas de protesto.¹⁴

¹³ Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 30.3.1938. “Documentos sobre a Política Exterior Alemã” *Akten zur Deutschen Auswärtigen Politik* (1918-45), Serie D (1937-1945) Band 5, Doc. 599. Este relatório foi publicado em língua portuguesa na coletânea “O Terceiro Reich e o Brasil”, (1968, pgs: 27-30), que, no entanto, apresenta problemas pontuais de tradução.

¹⁴ Sobre o decreto 383 cf. as notas de Schlimpert, funcionário da embaixada, em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 104939; Ritter ao *Auswärtiges Amt* 26.4.38; cf. tb. as notas de protesto de Ritter de 10.5.38 e a resposta de Oswaldo Aranha de 17.5.38, idem. Seguiu-se a aprovação, em outros países sul americanos de medidas, que representavam um endurecimento em relação ao partido. Um dos argumentos acionados como uma justificativa dessas medidas se refere à “agressão à soberania” verificada com a incorporação pelo partido de indivíduos que, segundo o *Jus Solis*, não eram alemães. A evolução dos tensionamentos diplomáticos entre a Alemanha e alguns países da América Latina pode ser verificada em vários dos documentos da já citada coletânea “O Terceiro Reich e o Brasil” (1968, vol. I, p. 27ss).

A repressão ao partido ganha, contudo, outra qualidade quando se passa a associar o partido e o governo alemão à fracassada tentativa de golpe integralista levada a efeito na noite do dia 10 para o dia 11 de maio.

Importante foram os boatos disseminados sobre a participação direta de membros do partido bem como sobre o apoio da AO e do governo alemão à tentativa de golpe. Isto parecia confirmar as suspeitas (e as acusações) de que o integralismo e o NSDAP não eram somente parecidos, mas também atuavam conjuntamente. O fato de que o integralismo gozou de ampla base militante e de presença destacada nas assim chamadas „colônias alemãs” parecia dar substância a estas suspeitas.

Estes dois aspectos foram relacionados de forma imediata ao tema do “Perigo Alemão”: o sucesso do integralismo entre os *alemães* vinha do fato dele ser uma outra roupagem para o nazismo, uma alternativa ao hitlerismo para os descendentes de alemães, visto que para ser membro do partido nazista era necessário ter cidadania alemã. Neste sentido, o tema do sucesso da AIB nas regiões colonizadas por alemães foi instrumentalizado por círculos nacionalistas, principalmente em Santa Catarina, para justificar as medidas nacionalizadoras nestas regiões.¹⁵

Mesmo que para a participação do NSDAP no golpe até hoje não existam indícios consistentes, o evento serviu para justificar uma onda repressiva tanto contra os integralistas como contra membros do já ilegal NSDAP e pessoas próximas a ele.¹⁶

¹⁵ Cf. reprodução de uma carta de Brusque (sem referência ao remetente) de 8.5.35. *Bundesarchiv* (Arquivo Federal da Alemanha), R57/36; Relatório do Consulado Alemão de Florianópolis de 20.11.35, *Bundesarchiv*, R57/181-11; Relatório de Viagem do Embaixador Schmidt-Elskop de 20.4.35, esp. Anexo II, *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, Pasta Pessoal de Schmidt-Elskop; variados documentos em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 78 966; GERTZ, 1987; FALCÃO, 1998, esp. Capítulo 2.

¹⁶ Sobre a tentativa de golpe dos integralistas e a questão da participação da AO, cf. „Der Faschistische Umsturz in Brasilien”, *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 99243; HARMS-BALTZER, 1970. p. 63-94; BARTELT, Berlin, 1991, pg. 132-140; Sobre as muitas prisões em função da suspeita de participação alemã na tentativa de golpe integralista, cf. inúmeros documentos em *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R104940.

Neste contexto, morreu sob tortura uma liderança juvenil ligada ao partido, um brasileiro chamado Friedrich Collin Kopp, descendente de alemães. Preso em 24 de junho de 1938 (sexta-feira), Kopp, de acordo com informações da polícia, teria cometido suicídio no dia seguinte. O embaixador alemão, Karl Ritter enfatizou, entretanto, que era forte “a suspeita de que ele tenha sido morto pelos órgãos de segurança”.

Na correspondência da embaixada com o Ministério do Exterior alemão, Ritter indicou que quando Kopp foi preso a polícia apreendeu materiais escritos que “comprometiam seriamente não somente proeminentes membros do partido”, mas também a Embaixada e o próprio Embaixador, pelo fato de Kopp haver utilizado, *sem sua autorização ou conhecimento*, o seu nome.¹⁷

Estes sinais pareciam comprovar a teoria e transformaram o partido em um risco presente e imediato.

E, com o tempo, também a situação na Europa acrescentou contribuiu para este clima: em março de 1938 a anexação da Áustria; em outubro, a ocupação da região dos Sudetos (Tchecoslováquia); em março de 1939, a invasão da Tchecoslováquia e, em setembro, a da Polônia. Tudo isto confirmava os temores de que o expansionismo alemão era um risco.

Também da Europa veio aquilo que foi considerado a confirmação de que o Brasil estaria nos planos de Hitler. Trata-se da publicação de *Hitler m'a dit*, de Herman Rauschning. Gozando do “privilegio” de ser “dissidente” do nazismo, Rauschning, que havia presidido o parlamento de Danzig, tornou-se por muito tempo, e para muitos, fonte de “informações seguras” sobre o partido nazista e o “Terceiro Reich”.

Publicado originalmente em francês em 1939, Rauschning afirmava que o livro foi composto a partir de anotações feitas de conversas com Hitler que o autor supostamente teria tido ou presenciado nas “mais de cem vezes” que alegadamente havia se encontrado com Hitler” (HÄNEL, 1984, p. 25):

¹⁷ Cf. *Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes*, R 104940 Telegrama do Embaixador Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 28.6.38; idem R 104941, Relatório de Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 29.6.38; Telegrama de Ritter ao *Auswärtiges Amt*, 7.7.38, *BundesarchivBundesarchiv*, R57neu/ 1195-20, relatório „Das Verhältnis des DBJ zur Federação 25 de Julho”. Parte desta documentação foi reproduzida em *O Terceiro Reich e o Brasil*, 1968.

As conversas relatadas são rigorosamente autênticas. Elas tiveram lugar no último ano antes da tomada do poder, como em 1933 e em 1934, após o advento do nacional-socialismo. (...) Eu transcrevi a maior parte enquanto eu ainda estava sob a impressão imediata das palavras que eu tinha ouvido falar, de modo que, em grande medida, elas têm o valor de uma reprodução literal. Aqui Hitler se expressou livremente entre seus fiéis. (RAUCHNING, 1939, pg 16)

Hitler m'a dit, que tem como subtítulo: "confidências do Führer sobre o seu plano de conquista do mundo", se tornou um sucesso absoluto de vendas e foi traduzido para o português e publicado no Brasil já em 1940 com o título de "O que Hitler me disse".¹⁸

No livro, o Brasil é mencionado em três páginas de um capítulo intitulado "a invasão da América Latina". Os trechos são os seguintes:

No início do verão de 1933, eu testemunhei, uma conversa, muito característica das ideias políticas de Hitler sobre a América. Esta conversa é clara evidência de que, nesse momento, o *Führer* já via muito longe e se enganaria quem imaginasse que os objetivos políticos nazistas eram limitados ao leste e ao sudeste da Europa. (...)

O Brasil o interessava particularmente. "Nós vamos construir uma nova Alemanha no Brasil. Lá nós vamos encontrar tudo o que precisamos." (...) No Brasil, ele pensava, se encontravam dadas todas as condições para uma revolução que em poucos anos permitiria transformar um Estado governado por mestiços corruptos em um domínio germânico." (...)

¹⁸ Sobre a difusão e os contratos de tradução do livro, cf. Hänel, 1984, p 4 e 5. A edição brasileira: Rauschning, Hermann. *O que Hitler me disse*. Rio de Janeiro: Edições dois mundos, 1940.

[Para isto, disse Hitler], “devemos iniciar dois movimentos distintos: um movimento leal e um movimento revolucionário. Você acha que é tão difícil? Nós já provamos que conseguimos fazer este tipo de trabalho, caso contrário não estaríamos neste momento, sentados em frente um do outro. Não temos a intenção de fazer como Guilherme, o Conquistador, e desembarcar tropas para ocupar Brasil com armas na mão. Nossas armas são invisíveis para nós.

Apesar de longa, a citação desses extratos justifica-se pelo fato de trazer aquilo que faltava até então: a prova de que Hitler, de fato, pretendia se apropriar do Brasil (ou de parte de seu território) e de que ele tinha muito pouca consideração pelos brasileiros, e isto dito por aquele que era, até então, tido como um interprete autorizado do nazismo e de seu movimento. Isto por que, as suspeitas que foram enunciadas já nos anos quarenta se confirmam trinta anos mais tarde: “Hitler m’a dit” é uma farsa e Rauschning não somente não se encontrou com Hitler mais que quatro vezes, mas jamais sozinho ou em um círculo íntimo. (Hänel, 1984; Tobias, 1988)

Contudo, no início dos anos quarenta, a ideia de que era “confidente de Hitler” e de que as suas conversas com ele teriam sido reais, não foi colocada em dúvida e isto ofereceu enorme consistência à tese de que os planos nazistas de domínio do mundo incluíam o Brasil.

2 A “Quinta coluna Nazista” e as ações do Estado

Em função de tudo isto, cristalizou-se a percepção de que a presença do partido nazista no Brasil atentava de forma direta contra a soberania brasileira e a resposta ao “perigo” se deu por meio de dois tipos de intervenção do Estado.

Por um lado, a repressão policial. Iniciada ainda em 1937, a partir de 1938, diversos Departamentos de Ordem Política e Social montam um aparato policial significativo para combater o inimigo nazista.

O Chefe da Polícia do Rio Grande do Sul durante o Estado Novo, o então major Aurélio da Silva Py, que iniciara, ainda em 1937, a repressão ao partido no Sul, transformou isto em uma “campanha”. O resultado desta campanha foi apresentado em dois relatórios internos e em um livro público chamado *A Quinta Coluna no Brasil*. (PY, 1942) Os dois primeiros, tendo como título *O Nazismo no Rio Grande do Sul*, não foram projetados para publicação, tratando-se na realidade de relatórios das atividades de repressão ao partido no RS distribuído com o carimbo “SECRETO” para várias outras repartições públicas interessadas e delegacias regionais¹⁹. Já o terceiro dos textos é pensado como instrumento tanto de denúncia pública das atividades do NSDAP no Brasil, como de uma prestação de contas do trabalho realizado pela polícia. Porém, apesar dessa diferença, pode-se dizer que o livro é a reprodução dos primeiros de forma “reorganizada”.

No *Quinta Coluna*, Py descreve cuidadosamente o “plano de dominação nazista do Sul do Brasil” e adverte.

“Se a fase de dominação militar nazista ainda não nos tocou, (...) foi em parte por uma simples questão cronológica: a nossa vez, na escala de Hitler estava mais abaixo do que a vez daquelas nações [Áustria, Tchecoslováquia, Polônia, etc.] Mas de qualquer forma o perigo não foi conjurado.”(PY, 1942, 10)

Para Py, as pretensões alemãs em tornar o Rio Grande do Sul um protetorado seriam antigas e, agora, com Hitler, teriam começado a ganhar concretude. E para mostrá-lo, ele lança mão de dois tipos de *evidência*: materiais apreendidos pela polícia que demonstram que havia uma seção do partido nazista no Brasil e, para indicar que estes seguiam um antigo plano expansionista, materiais de fins do século XIX que trazem projetos que são “executados por Hitler”.

¹⁹ O exemplar sob guarda da Biblioteca Pública de Curitiba- PR traz, em anexo, a seguinte mensagem do Major Aurelio da Silva Py para o Sr. Hostílio de Araújo, Diretor Geral de Educação do Estado do Paraná:

Atendendo à sua solicitação, envio-vos, junto a este, para seu uso particular, o 2º relatório desta chefia sobre o “NAZISMO NO RIO GRANDE SO SUL”. Quanto ao pedido idêntico, de um volume, para a biblioteca dessa diretoria, lamento não poder satisfazê-lo pela razão de se tratar de um documento em caráter secreto.” Este documento é datado de 20 de julho de 1940 e o grifo está presente no original.

Apesar da debilidade das fontes, são essas as formulações que constituem-se em “prova cabal” da perspectiva anexionista do “Terceiro Reich” e é com elas que Py busca mostrar que os interesses alemães no sul do Brasil são muito concretos por que lá encontrariam um terreno fértil: os imigrantes *desnacionalizados*.

Segundo ele, deixados à sua sorte por governos negligentes em nacionalizá-los, os imigrantes que aqui chegavam, por terem ficado isolados, mantiveram os laços com o país de origem, o que permitiu a construção de “um mundo germânico” no Rio Grande do Sul, condição para que a penetração de elementos vindos de Berlim com o intuito de construir aqui um “protetorado alemão” se realizasse (Py, 1942: 57)²⁰.

“A missão mais importante confiada aos agentes da GESTAPO é a de propagar a ideologia Nacional Socialista alemã no estrangeiro e estabelecer, assim, os pontos de apoio que permitam, quando chegar o momento crítico, enfraquecer a resistência do país eleito para a invasão militar e econômica.” (Py, 1942: 31)

Da mesma forma, Antônio de Lara Ribas, oficial da polícia militar e, a partir de 1938, delegado de Ordem Política e Social da polícia de Santa Catarina, publicou em 1943 *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*, livro de contornos muito próximos aos de seu colega gaúcho. Para ele, também, os imigrantes alemães são a chave do problema: a imigração teria sido um instrumento utilizado pelo “genial Bismark” para que um império sem terras ultramarinas se tornasse, graças aos planos pangermânicos, uma “fundadora de colônias nos continentes longínquos”, passando a ser “a terceira potência colonial do mundo” (RIBAS, 1943.p. 7).

²⁰ Não nos esqueçamos que este tipo abertura de um espaço para a intervenção do Estado deve ser lido à luz do fato de o autor ser um agente da Campanha de Nacionalização.

“[O NSDAP], em obediência ao velho sonho de expansão, voltou desde logo as suas vistas para o exterior, promovendo uma propaganda de agitação político-racista que atingiu os recantos mais pacatos e longínquos de todas as nações do globo, instalando nelas, através de células políticas subordinadas à Organização do Exterior do NSDAP, verdadeiras “cabeças de ponte”, dando-lhes a missão de promoverem a arregimentação total de todos os residentes, acidental ou definitivamente nos países de além fronteira, preparando-se, assim, já se vê, para o assalto fatal contra a soberania das mesmas”. (RIBAS, 1943, p. 18)

Assim torna-se explícita a espionagem como método de ação partidária no exterior. E não é gratuito o aparecimento da espionagem na galeria de honra dessa história construída ao longo dos últimos setenta anos: se a anexação é o horizonte mais próximo da ação do partido, praticamente sua ação se volta para a construção dos agentes que “atrás das linhas” iriam preparar o terreno e fornecer indicações precisas de suas vulnerabilidades, os famosos “quintas-colunas”. Em Ribas, a questão é colocada nos seguintes termos:

“O que o nazismo fêz foi ampliar mais os horizontes de ação, sob fundamento racial, com o propósito deliberado de conquistas, praticando a espionagem militar, comercial, industrial, marítima e social, visando incontestavelmente a formação da “Quinta Coluna” (RIBAS, 1943.p. 26).

Porém, tais atividades aqui, por mais que estivessem conseguindo “avanços bastante sólidos”, não foram à frente. E se as pretensões anexionistas do Estado alemão não se concretizaram, isto deveu-se exclusivamente à intervenção oportuna do Estado Novo revertendo as conquistas da propaganda de “Hitler e de seus malfeitores, que *fizeram* com que grande parte dos brasileiros de descendência alemã e dos alemães ficasse quase que odiando seus semelhantes de descendência lusa e outra” (RIBAS, 1943.p. 113).

Esta avaliação implicava que, ao lado do trabalho de repressão policial, a ação do Estado deveria voltar-se também para as populações que foram o alvo do nazismo: os imigrantes e seus descendentes.

Com isto, ao lado da repressão policial ao partido nazista e a seus simpatizantes, foram desenvolvidas ações que buscaram “integrar” ou “incorporar” populações de língua alemã, especialmente no sul do Brasil. Ainda que seja possível observar algumas medidas nacionalizadoras de governos estaduais ao longo dos anos 30, foi através da *Campanha de Nacionalização* que o Governo Federal assumiu um lugar de destaque e deu a ela sistematicidade.

A Campanha de Nacionalização foi nominalmente levada a efeito em âmbito nacional tendo como objetivo a assimilação forçada de todos aqueles que eram, no jargão oficial, chamados de “alienígenas”.

E entre estes, eram os “alemães” o protótipo dos imigrantes “não-assimilados”, portadores de culturas incompatíveis com os princípios da brasilidade e por isto particularmente perigosos. Eles foram o objeto mais sistemática e amplamente atingido por uma política de “guerra” para erradicação de ideias e hábitos “alienígenas”.

O Exército teve papel preponderante na concepção e efetivação da campanha, que teve no sistema de ensino o seu alvo mais importante. As chamadas “escolas estrangeiras” foram obrigadas a modificar seus currículos e dispensar os professores e, em alguns casos, a fechar.

De um modo muitas vezes draconiano, foi proibido o uso de línguas estrangeiras em público, inclusive nas atividades religiosas, e a existência de “associações estrangeiras”. O exército impôs normas de civismo, deslocando jovens das “áreas coloniais” para o serviço militar em regiões tidas como genuinamente brasileiras.

Paralelamente, a partir de 1939, progressivamente, desapareceram as publicações em língua estrangeira e foram fechadas sociedades recreativas, esportivas e culturais que não aceitaram as mudanças.

O resultado da Campanha de Nacionalização foi avaliado ainda no início dos anos 40 de forma altamente positiva. Combinada à ação policial, ela parecia ter afastado o risco de atentado à “soberania nacional” pelos alemães no Brasil.

3 O NSDAP no Brasil, os planos de dominação e a história

Este conjunto de ações tinha como único fundamento uma crença: a ideia de que a Alemanha Nazista elaborara planos de dominação mundial que incluíam o Brasil. Contudo, não somente estes planos nunca existiram, como também não há qualquer indício de que a seção do NSDAP no Brasil teria sido construída ou que, em algum momento, tenha se pautado por algo parecido com um plano de apropriação da parte do território brasileiro em que as ditas “colônias alemãs” se estabeleceram.

Mas, a questão que aqui é decisiva, não importando se os planos tenham ou não existido, é o fato de que, em seu tempo, acreditava-se em sua realidade e materialidade. Foi a certeza (real ou retórica) de sua existência que deu a eles realidade em um sentido muito específico: os transformou em motores de ações de Estado e de política pública.

E aqui a questão não é “se” e “quantos” acreditavam ou não nisto. Não é de todo improvável que a ideia da existência de “planos nazistas” para invadir o Brasil e a ação, na retaguarda, de uma “quinta coluna” representada pelo partido possa ter sido instrumentalizada em seu próprio tempo. De fato, a existência destes planos pode ter sido *providencial* no sentido de justificar a mobilização de recursos e o direcionamento de prioridades de investimentos para as “agências de combate”, permitir a aquisição de prestígio dos agentes que o fizeram e de dar a temores, preconceitos e ressentimentos longamente cultivados um verniz institucional. Mas também muitos acreditaram que o perigo era real.

Mas este é um terreno movediço para a pesquisa historiográfica: dos efeitos não se pode tão facilmente chegar às motivações, da mesma forma como das ações não se pode facilmente chegar às crenças e às intenções. Por um lado, por que é enormemente difícil demonstrar quantas das pessoas que viveram o fenômeno do “combate à quinta coluna” acreditavam realmente em sua existência e quantos, crendo que eles não existiram, instrumentalizaram a ideia em nome de seus interesses.

De qualquer forma, não importando o que os tenha movido, os contemporâneos agiram como se uma *quinta coluna nazista*, representada pelo partido, existisse. E é isto que é decisivo.

Por outro lado, pode-se conceber que, tendo expectativa de se antecipar à realidade de uma "invasão", agentes do Estado, jornalistas, intelectuais envolvidos com a denúncia e a repressão ao partido não se colocaram intensamente o problema da "prova cabal" sobre a existência destes "planos". A existência do partido nazista no Brasil pode ter sido pensada, por muitos que viveram este tempo, como "indício suficiente" para justificar a sensação de perigo e o conjunto de medidas pensadas e executadas como antecipatórias em relação ao risco que então se apresentava.

O que é menos compreensível é que ainda hoje a imagem de que o partido nazista no Brasil funcionava como uma quinta coluna para realizar um plano, cuidadosamente desenhado em Berlim, de anexação de uma fatia de nosso território, se mantenha em escritos sobre o tema.

De fato, a forma como os contemporâneos lidaram com esse problema deve ser analisada de forma distinta da afirmação desta tese em trabalhos posteriores, em especial considerando-se a produção historiográfica sobre o tema.

Aparecendo umas vezes em comentários ou considerações marginais e, outras, como elementos centrais nos textos, a ideia da existência de uma quinta coluna no Brasil se mostrou uma tese durável. Tanto em escritos sobre os nazistas como em trabalhos sobre a presença de imigrantes de língua alemã no Brasil, o mito da quinta coluna tem sido inseparável da história contada sobre o partido nazista no Brasil.

Muitas vezes, há a preocupação em oferecer algum "fundamento empírico" para ele. É comum a utilização de fragmentos de documentação diplomática alemã, em geral lidos de forma pouco rigorosa, e mesmo documentação diplomática de outros países, que nunca disseram (e nunca poderiam nos dizer mais) do que aquilo que estas agências pensavam sobre o "Terceiro Reich" e seus planos. Além disso, Hermann Rauschning é personagem relativamente comum quando se trata de apresentar "material probatório" de que os planos expansionistas do "Terceiro Reich" incluíam o Brasil. Por último, também muito regular é o uso dos relatórios policiais e de notícias de jornais daqueles que combateram a "quinta coluna". De fato, estes últimos escritos foram considerados durante muito tempo, referências obrigatórias e fontes primárias legítimas para este tema,

fazendo com que o tema da quinta coluna tivesse se tornado uma coordenada necessária para estudos sobre a presença do partido nazista no Brasil. (Ver p.ex. KOSSOK, 1961, TROTZ, 1965; HELL, 1968; DALBEY, 1969; GRISHIN, 1975; COHEN, 1988; AMORIM, 2000, COSTA, 2004; SANDER, 2007.)

Em casos mais raros, em geral em comentários marginais sobre o tema, não se encontra sequer a preocupação em documentar a afirmação, o que sugere que falar da quinta coluna é tratar de algo que é auto-evidente: dada a presença de imigrantes alemães no Brasil, se existiu um partido nazista, então é por que havia uma *quinta coluna* em funcionamento. (RAMBO, 1994).

Em entrevistas, artigos acadêmicos, materiais de divulgação, cientistas sociais (alguns dos quais historiadores), deixam de lado a prudência profissional movidos ora por descuido, ora pela busca da sensação. E isto é tanto mais arriscado pelo fato de que já a partir da década de cinquenta algumas reavaliações desta forma de se pensar o projeto político do partido nazista na América do Sul, especialmente no Brasil, entram em cena. Estes estudos, progressivamente, colocaram por terra a ideia de que algum tipo de plano que considerasse, de alguma forma, as áreas de colonização no sul do Brasil, tenha sido elaborado ou tenha orientado, em algum momento, ações e projetos do "Terceiro Reich".

Os estudos de Arthur von Magnus (1956) e de Louis de Jong (1959) dedicaram-se especificamente a discutir o problema do Partido Nazista no Exterior como uma *Quinta coluna*. A respeito da atuação do NSDAP no continente americano, Magnus conclui que, ao contrário de denúncias e do medo generalizado de invasão com suporte dos grupos do partido, "não existem quaisquer provas de que Hitler tinha ambições militares no continente americano. Nem o processo contra os Grandes Criminosos de Guerra (Tribunal Militar de Nüremberg) nem o processo contra a *Wilhelmstrasse* [o Ministério das Relações Exteriores] e nem os documentos militares apreendidos pelos aliados trouxeram uma única prova disso. (...) Planos para uma invasão jamais existiram". (MAGNUS, 1956, p. 41)

Seguindo o mesmo caminho, um conjunto de trabalhos sobre a política exterior nazista confirmaram as indicações de von Magnus e de De Jong. Para eles, não há dúvida de que as pretensões nazistas em fundar uma *Alemanha Meridional*, ou algo equivalente, a partir

das áreas colonizadas por “alemães” na região que envolve os estados do sul do Brasil, parte da Argentina e do Uruguai, ou não foram formuladas (não existindo, portanto, em forma de suporte documental) ou simplesmente não existiram. (ver p.ex. HILDEBRAND, 1969; JACOBSEN, 1968; EBEL, 1970; POMMERIN, 1977.)

Em língua portuguesa, é o trabalho de René Gertz que, nos anos 1980, traz à tona as inconsistências e a fragilidade da tese do quinta colunismo. (GERTZ, 1987, p.75-78)

Contudo, a ideia da existência de uma „Quinta coluna Nazista” durante as décadas de trinta e quarenta continuou a fazer parte do repertório de trabalhos sobre a presença do NSDAP no Brasil, mesmo com esta falta crônica de evidência de que Berlim tivesse intenções anexionistas ou mesmo que tivesse elaborado algum plano de invasão do Brasil.

Contudo, um documento parece indicar que esta ideia foi concebida, ainda que, contra a expectativa que poderia surgir disto, ela nunca tenha sido incorporada como projeto político ou militar pelo Estado Nazista.

Em toda a documentação significativa, este é um caso único e ele é também excepcional por duas razões: por um lado, porque uma leitura pouco cuidadosa do material primário, se poderia sugerir, firmemente, que mito da quinta coluna nazista, por meio desse caso, teria ganho um fundamento empírico importante e até então ausente. Por outro, indica de forma nítida que a existência de *um* projeto (ou de projetos) de qualquer coisa, não nos autoriza a dizer que ele expressa a política do Estado Alemão.

4 O Exemplo que é um Contra-Exemplo: Otto Schulz-Kampfhenkel (1910-1989)

Todas as buscas nos arquivos do Ministério do Exterior, da Chancelaria do Reich, nos arquivos militares e naqueles do partido nazista por documentos que pudessem indicar a existência de “planos de anexação” do território brasileiro não resultaram na identificação de algo que pudesse se assemelhar a um plano ou projeto que envolvesse a ocupação militar do Brasil. Porém, em pesquisas realizadas junto à documentação da SS existente nos arquivos alemães, um documento com este perfil pode ser identificado. Neste trabalho, foi possível encontrar referências ao Brasil em

apenas dois fundos: o da Sociedade de Ensino e Pesquisa “*Das Ahnenerbe*” (NS 21) e o fundo do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*, Heinrich Himmler (NS 19).²¹

No primeiro dos fundos, encontram-se os documentos sobre a contratação do botânico Philipp Freiherr von Lützelburg para a coordenação do Departamento de Pesquisas Botânicas dessa Sociedade. Lützelburg havia vivido por três décadas no Brasil e, ao retornar à Alemanha – convocado pelo próprio Himmler –, tentou envolver seus conhecimentos sobre a flora tropical brasileira nas fervorosas discussões a respeito da reconquista das colônias alemãs na África, elaborando um projeto para o cultivo de plantas brasileiras no continente africano. Por sua vez, o acervo documental do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* contém informações a respeito de um plano para a conquista das Guianas Francesa e Inglesa, desenvolvido em 1940 por um certo Heinrich Peskoller, austríaco, escritor de contos de aventura. O Brasil entrou nesse plano pelas mãos do geógrafo e zoólogo Otto Schulz-Kampfhenkel, considerado um especialista em América do Sul pelos altos escalões da SS. E isto pelo fato dele ter liderado, aos 25 anos de idade, uma expedição científica que subiu todo o rio Jari, na divisa dos atuais Estados do Amapá e Pará, e foi até a fronteira brasileira com a Guiana Francesa entre 1935 e 1937. É este último caso que nos interessa discutir.

A pedido de Himmler, Schulz-Kampfhenkel redigiu um parecer sobre o plano de Peskoller. Nesta avaliação, além de buscar reivindicar para si a execução do plano, desenvolveu uma estratégia de invasão da Guiana Francesa a partir do território brasileiro (Amapá).

Essas duas referências têm em comum o fato de não terem sua origem diretamente na SS. Os planos de Lützelburg e Peskoller, bem como o parecer de Schulz-Kampfhenkel, são projetos pessoais e não fruto de um planejamento institucional que envolvesse a estrutura da SS em sua realização. No caso do chamado “Projeto Guiana”, por exemplo, a SS só passa a considera-lo por que Schulz-Kampfhenkel o avalia positivamente. Assim, o que atribui a ele contornos de exequibilidade é a personalidade de Schulz-Kampfhenkel e não qualquer outra coisa.

²¹ NS 19 e NS 21 são notações do Arquivo Federal da Alemanha (*Bundesarchiv*). Estes levantamentos foram feitos no âmbito da pesquisa sobre a formulação de uma política cultural exterior alemã para o Brasil durante o “Terceiro Reich”, relativa ao doutoramento de Igor Gak junto ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim, sob orientação do Prof. Dr. Stefan Rinke.

O fato de Schulz-Kampfhenkel ser reconhecido desde muito cedo (antes de completar 30 anos de idade) como um especialista em América do Sul para a SS e sua Sociedade de Ensino e Pesquisa "*Das Ahnenerbe*" é fruto muito menos de suas qualidades científicas, que de suas competências midiáticas. Ainda que tenha contribuído com instituições científicas na Alemanha,²² foram a publicação de livros, o lançamento de filmes e a organização de exposições sobre essas duas expedições os responsáveis pela promoção da imagem de Schulz-Kampfhenkel nos altos escalões do governo alemão na segunda metade dos anos 1930. Schulz-Kampfhenkel foi muito competente em buscar mobilizar os recursos políticos necessários para construir uma carreira científica sólida na Alemanha às vésperas da Segunda Guerra Mundial. (ASH, 2002, p. 32-51).

Neste tempo, Schulz-Kampfhenkel ainda não era membro da SS e nem do partido nazista. A chamada "Expedição Alemã Amazonas-Jari" foi financiada pelos Ministérios da Educação, do Exterior e da Propaganda a partir de um projeto pessoal dele apresentado a estes órgãos para avaliação. Seu objetivo era, sobretudo, "conquistar para a ciência alemã um dos últimos pontos incógnitos [*weißer Fleck*] do planeta". Para isso, ele reuniu-se ao seu "camarada aviador" Gerd Kahle, ao mecânico de aviões Gerhard Krause e ao intérprete alemão, residente no Brasil, Josef Greiner, para percorrer o curso do rio Jari. Ele pretendia investigar e documentar a presença de determinadas espécies de animais e localizar e fazer contato com povos indígenas que, segundo ele, há muito não se sabia se ainda permaneciam na região. Schulz-Kampfhenkel buscou sempre enfatizar o pioneirismo de sua exploração, reforçando-o com o emprego de um hidroavião cedido pelo Ministério da Aviação da Alemanha para o mapeamento dos rios da região. Em suas próprias palavras, seria esse "pequeno avião (...) que mostraria pela primeira vez a suástica sobre a floresta tropical brasileira."(SCHULZ-KAMPFHENKEL; KAHLE, 1938, p. 30).

²² Das duas expedições que liderou – primeiro para a Libéria, em 1931, e posteriormente para a Amazônia brasileira – os resultados foram menos científicos que propagandísticos. Embora ele tenha enviado mais de 250 espécimes animais vivos da África Ocidental ao Jardim Zoológico de Berlim e reunido peles e crânios de animais amazônicos, bem como coletado artefatos etnológicos que enriqueceram as coleções dos museus berlinenses. *Bundesarchiv R 4901/2541. Lebenslauf Schulz-Kampfhenkels*. 20.03.1935. p. 10 e *Bundesarchiv R 4901/2541. Letzter Bericht der Deutschen Amazonas-Jary-Expedition 1935-37*. Novembro de 1936, p. 98-115.

As dificuldades, porém, acompanharam a realização da expedição desde o início. Logo ao desembarcarem em Belém, em julho de 1935, os expedicionários esbarraram na intransigência das autoridades brasileiras em conceder as licenças necessárias para o início dos trabalhos. Mesmo com o ostensivo engajamento do pessoal da Legação Diplomática Alemã no Rio de Janeiro, os entraves só foram solucionados a partir da presença do próprio Schulz-Kampfhenkel na então capital federal. Acompanhado do adido cultural da Legação Alemã, Otto Eberl, o líder da expedição visitou jornais cariocas e concedeu entrevistas a respeito de suas intenções, além de encontrar-se com personalidades influentes da vida política, econômica e cultural do Rio de Janeiro, por meio de contatos estabelecidos pelas lideranças do seção do partido nazista no Brasil. Esse empenho permitiu que ele conseguisse a concessão das licenças através do estabelecimento de um acordo de patronato institucional para a sua expedição entre o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto Kaiser Wilhelm de Biologia, de Berlim.²³

Mais do que apenas a burocracia brasileira, os expedicionários enfrentaram também a ditadura das largas distâncias amazônicas, endurecidas ainda mais pelos longos períodos de isolamento provocados pelas cheias dos rios, que tornavam intransponíveis as corredeiras do Jari. A febre amarela e a malária geravam constantes baixas na equipe, levando, inclusive, Josef Greiner, o último membro a incorporar-se ao grupo, a óbito no início de 1936.²⁴ Os constantes

²³ *Bundesarchiv* R 4901/2541. Vários documentos nesse dossiê. Sobre o engajamento do pessoal da Legação diplomática na solução das questões envolvendo a expedição, ver Relatório de Schimidt-Elskop ao Ministério do Exterior. Rio de Janeiro, 27.11.1935, p. 26 a 28; Relatório de Schulz-Kampfhenkel ao Ministério da Educação. Ipitinga (Jari), 05.12.1935, p. 36 a 50; e sobre a questão do patronato, ver ofício nº WIIa 01670, do Ministério da Educação ao Ministério do Exterior. Estabelecimento do patronato entre o Instituto Kaiser Wilhelm de Biologia e o Museu Nacional do Rio de Janeiro em interesse da "Expedição Alemã Amazonas-Jari". Berlim, 22.10.1935, p. 23

²⁴ A morte de Greiner produziu, talvez, um dos elementos mais gráficos da expedição de Schulz-Kampfhenkel. Marcando a sua sepultura encontra-se ainda hoje em meio à floresta amazônica uma grande cruz de madeira, gravada com uma suástica e os seguintes dizeres: "Joseph Greiner faleceu aqui em 2.1.1936, vítima da febre amarela, a serviço da obra científica alemã. Expedição Alemã Amazonas-Jari 1935-1937." Há uma reprodução fotográfica dessa cruz ladeada por três índios Aparai no livro de Schulz-Kampfhenkel sobre a expedição. Ver SCHULZ-KAMPFHENKEL; KAHLE, 1938, p. 168.

atrasos decorrentes dessas intempéries irritaram os órgãos alemães de fomento, que suspenderam o financiamento e exigiram o fim da expedição, considerando que sua continuação provocaria “sérios danos à imagem da Alemanha no Brasil.”²⁵

De volta a Berlim em meados de 1937, Schulz-Kampfhenkel dedicou-se imediatamente a promover sua imagem através dos *produtos midiáticos* da expedição, como o filme “O mistério do inferno tropical” (*Rätsel der Urwaldhölle*) e um livro de mesmo título – ambos lançados em 1938. Com a ambição de alcançar prontamente uma posição de destaque em alguma organização do governo alemão, ele mesmo guiava os líderes políticos que visitavam a exposição montada por ele com os artefatos etnológicos e zoológicos coletados na Amazônia. Em pouco tempo ele foi aceito no partido e na SS com a patente de *SS-Untersturmführer* (que equivale a tenente). No fim de 1940, ele teve a “extraordinária honra” de apresentar seu filme sobre a Expedição Alemã Amazonas-Jari para Heinrich Himmler, numa sessão privada na residência pessoal do comandante supremo da SS, na Baviera. Pode-se depreender que foi desse encontro que Schulz-Kampfhenkel emergiu como um “expert” em América do Sul para a SS. (STOECKER, 2011. p. 57) Evidência disso é a sua incorporação, já em agosto de 1939, à equipe liderada pelo major da SS Edmund Kiss para planejar a expedição ao altiplano boliviano, programada para 1940, cujo objetivo era comprovar as teses da chamada “Cosmogonia Glacial”.²⁶

²⁵ *Bundesarchiv* R 4901/2541. Ofício nº Kult W 4645, do Ministério do Exterior alemão aos Ministérios da Educação, da Propaganda, da Aviação e da Economia, além da Organização para o Exterior do partido nazista (AO/NSDAP). Berlim, 10.09.1936. p. 92-94.

²⁶ A Cosmogonia Glacial (*Welteislehre*) é uma teoria sobre a origem do universo criada pelo engenheiro austríaco Hanns Hörbiger e pelo astrônomo amador Philipp Fauth. Essa teoria compreendia o gelo e o fogo como os principais elementos existente no universo e que seriam responsáveis por formar os corpos celestes e manter as forças de atração e repulsão entre os mesmos. Essa teoria ganhou notoriedade em associações e institutos pseudocientíficos alemães durante o nacional-socialismo, como por exemplo no Instituto de Pesquisas da SS “*Das Ahnenerbe*”. Ver Dolezal, 1972, 352. E sobre a expedição de Kiss, bem como o peso da teoria da Cosmogonia Glacial para essa exploração, ver STOECKER, 2011, p. 57-58. Nessa expedição, Schulz-Kampfhenkel deveria lançar mão das técnicas desenvolvidas no uso do hidroavião na Amazônia brasileira para observar eventuais indícios que contribuíssem para a comprovação da referida teoria.

Embora a eclosão da guerra, em setembro de 1939, tenha comprometido o planejamento da viagem, no ano seguinte suas qualidades de “especialista em América do Sul” seriam mais uma vez requisitadas. No início de 1940, o gabinete do chefe da SS, Heinrich Himmler, recebeu para apreciação um projeto intitulado “Qual o significado das Guianas para o *Führer*?”, contendo uma proposta para a ocupação militar das Guianas Francesa e Inglesa. O autor do documento, Heinrich Peskoller, dizia que,

“como oficial mexicano disfarçado de praticante de pesca esportiva e caçador de animais selvagens, pôde não apenas sondar discretamente ao longo de vários anos as águas das Guianas e do continente sul-americano, como também colecionar dados estatísticos e conhecimentos valiosos sobre regiões praticamente inexploradas, para onde suas viagens o conduziram.”²⁷

Com base nessa experiência e nas observações que fez, Peskoller desenvolveu o plano enviado a Himmler, acreditando apresentar soluções para problemas prementes da Alemanha no início da guerra. Para ele, “apenas as jazidas de ouro e diamante desses territórios bastariam para sanear em poucos anos as finanças alemãs.” O governo britânico sufocava artificialmente a exploração desses minerais preciosos como forma de preservar o mercado sul-africano, dizia ele. E continuava:

“Nas experientes e enérgicas mãos do *Führer*, a produção de ambas as Guianas atingiriam rapidamente cifras extraordinárias. Cada metro quadrado de seu solo seria posto, no menor espaço de tempo, ao útil serviço da Grande Alemanha.

²⁷ *Bundesarchiv* NS 19/2312. *Was bedeuten die Guayanas für den Führer?* H. Peskoller an den Persönlicher Stab des Reichsführers-SS. Sem data (provavelmente fim de março ou início de abril de 1940).

A eficiência e a técnica alemãs domariam as forças selvagens da natureza, convertendo violentas cascatas em usinas colossais e estendendo uma rede de energia elétrica sobre todo o território. Luz elétrica, ferrovias eletrificadas, represas, fazendas-modelo, transporte fluvial motorizado, mineração racionalizada, gigantesca extração de madeira comum e de lei, abertura de novas minas, construção de pontes, siderúrgicas [*Schmelzöfen*], fábricas, aeroportos, estações ferroviárias, escolas e hospitais, mostrariam ao mundo: O QUE REALMENTE SIGNIFICA A COLONIZAÇÃO ALEMÃ!"²⁸

O projeto de Peskoller não consistia apenas numa simples ocupação militar do território das Guianas Francesa e Inglesa, mas sim na absorção das matérias-primas dessa região no mercado alemão tanto para uso interno, quanto para exportação. De acordo com as suas perspectivas, a exploração dessas colônias sul-americanas tornaria a indústria alemã autossuficiente e ainda aqueceria o comércio exterior do país. Buscando um diálogo com a SS, ele encontrava nas supostas características inatas do povo alemão a razão para esse sucesso:

"Ao conquistar as Guianas, um povo empenhado e eficiente como o alemão cobriria não apenas as suas necessidades de importação de matérias-primas tropicais, madeiras, metais, metais nobres e diamantes, mas poderia tornar-se, além disso, capaz de exportá-las. Largas pastagens e fartos tesouros minerais repousam à nossa disposição e aguardam apenas a redentora mão dos pioneiros e empreendedores."²⁹

²⁸ Grifo no original. *Bundesarchiv* NS 19/2312. Peskoller ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*. *Was bedeuten de Guayanas für den Führer*, p. 2-3.

²⁹ *Idem*, p. 6.

Possivelmente interessada nos argumentos de Peskoller, a SS agiu com cautela e buscou dentro de suas próprias estruturas cercar-se de informações seguras a respeito desses planos e de seu mentor. No início de abril, Rudolf Brandt, coordenador do Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS*, solicitou ao Departamento Central de Segurança do *Reich* (*Reichssicherheitshauptamt* – RSHA), em nome de Himmler, informações a respeito do autor do projeto. Aparentemente, as informações levantadas pelos agentes do RSHA geraram desconfiança na SS.³⁰ Como forma de dirimi-la, Brandt – mais uma vez em nome de Himmler – solicitou ao “especialista em América do Sul”, Schulz-Kampfhenkel, um “curto parecer” com seu posicionamento a respeito dos planos de Peskoller.³¹

Pouco mais de uma semana após receber a solicitação do gabinete de Himmler, Schulz-Kampfhenkel encaminhou seu parecer concluído. Já no ofício que acompanhava o texto de quase quinze páginas, ele, visivelmente, buscava se apropriar do projeto de Peskoller:

³⁰ Os agentes do RSHA identificaram Peskoller como um escritor de contos de aventura que havia passado muito tempo no exterior. Seus textos eram publicados em revistas ilustradas semanais e assinados sob o pseudônimo de “Tex Harding” ou “Harry Brown”. Pela revista *Münchener Illustrierten Presse*, ele havia sido acusado de plágio em maio de 1936, sem que a acusação tenha sido, entretanto, comprovada. De acordo com o levantamento do RSHA, Peskoller já era conhecido das autoridades policiais alemãs. No fim de novembro de 1939, ele procurou a Gestapo com um “Projeto para criação de um Serviço de Inteligência” dentro da própria estrutura da Polícia Secreta do Estado (Gestapo). Para a coordenação desse “Serviço de Inteligência” ele havia sugerido o seu próprio nome, demandando também receber a patente de Major e a nomeação a um escalão equivalente na SS. Apesar de ser membro da NSDAP desde dezembro de 1939 e de “ser casado e gozar de uma boa reputação na sua vizinhança”, pessoalmente pesava ainda contra ele a queixa de ter usado sua arma de fogo em zona residencial sem nenhum motivo aparente – delito pelo qual fora condenado a pagar uma multa de 100 *Reichsmark* ou cumprir 20 dias de detenção. Cf. *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº IV B 4ª – 6271/D, do RSHA ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* (*Persönlicher Stab des Reichsführers-SS*). Berlim, 12.04.1940. p. 11-12.

³¹ *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº 786/40 de Rudolf Brandt a Otto Schulz-Kampfhenkel. Berlim, 18.04.1940.

“As reflexões esboçadas no projeto vêm surpreendentemente de encontro a um plano que eu, juntamente com meu camarada aviador Kahle, já havia desenvolvido durante nossa passagem pela Guiana Brasileira, que, por ocasião da nossa Expedição Alemã Amazonas-Jarí 1935/37 nos conduziu através daquela região inexplorada até a fronteira do território francês. Este plano seria em breve submetido por mim à apreciação do *Reichsführer-SS*. Por essa razão, eu gostaria de manifestar o meu desejo em receber notícias sobre o andamento da questão.”³²

Em seu parecer sobre a “aquisição das Guianas”, Schulz-Kampfhenkel foi muito além das expectativas da proposta inicial. Na introdução, ele fez uma avaliação do contexto político no qual a Alemanha se inseria no início da guerra, identificando as áreas para onde o expansionismo alemão deveria se dirigir e analisando as possibilidades de realização dos planos de conquista territorial naquele momento. De acordo com a sua concepção, esses territórios dividiam-se em regiões de pura exploração econômica e outras de colonização e imigração. A linguagem adotada no texto evidencia que ele foi concebido para ser lido no círculo interno da SS. Além disso, incorpora uma postura racista do seu autor que funcionava de acordo com preceitos de conquista de um “espaço vital” por uma “raça superior” (*Herrenvolk*), reconhecendo determinados territórios como “predestinados” para que fossem ocupados pelos alemães.

“As duas maiores reservas despovoadas e aproveitáveis da Terra são a Sibéria e a América do Sul. Apenas elas devem ser consideradas como os grandes territórios de imigração e colonização para uma raça superior nórdica. A África e o sul da Ásia devem ser compreendidos apenas como colônias de exploração complementares de produtos tropicais.”³³

³² *Bundesarchiv* NS 19/2312. Memorando secreto de Otto Schulz-Kampfhenkel ao Gabinete Pessoal do *Reichsführer-SS* (*SS-Hauptsturmführer* R. Brandt). Berlim, 26.04.1940.

³³ *Bundesarchiv* NS 19/2312. Avaliação de Schulz-Kampfhenkel sobre o projeto de Heinrich Peskoller. *Stellungnahme zu der Niederschrift des Herrn Peskoller über den Erwerb der Guyanas*. p. 23.

Schulz-Kampfhenkel reconhecia a Sibéria como o “território geopoliticamente predestinado para a expansão colonial alemã”. No entanto, o pacto de não-agressão germano-soviético impedia o expansionismo territorial alemão para essa região; pelo menos naquele momento. Diante desse cenário, para ele restaria ao colonialismo alemão a “segunda maior reserva territorial, a América do Sul, onde mais de 1 milhão de alemães viviam em colônias isoladas, participando do cenário político local”. Ele acreditava que da Patagônia ao sul da Amazônia, essa região poderia representar um espaço excepcional de povoamento para a “superior raça branca” e que daí em diante, da Amazônia brasileira à Colômbia, constituiria uma grande colônia de exploração tropical. Além disso, para ele, quanto mais se esperasse, mais chance haveria de um choque entre os interesses alemães e os norte-americanos sobre a América do Sul:

“As ambições imperialistas estadunidenses, há muito direcionadas a esse vácuo de poder, irão fazer de tudo para tornar a América do Sul inalcançável para uma Europa unida sob a liderança da Alemanha, assim que o império britânico ruir. Com isso, a reserva territorial sul-americana permanecerá bloqueada como espaço de colonização para uma raça superior por tempo indeterminado.”³⁴

Enquanto a Sibéria continuasse a ser “explorada insuficientemente pela Rússia”, Schulz-Kampfhenkel entendia a ocupação alemã das Guianas como uma forma essencial de impedir que a Europa “vivesse condenada sob uma ditadura econômica dos Estados Unidos.” Ele considerava ainda que a Alemanha poderia explorar as disputas imperialistas entre os Estados Unidos e o Japão no Oceano Pacífico para inibir qualquer reação norte-americana a uma eventual invasão alemã do território das Guianas.

³⁴ Idem, p. 24.

Ainda do ponto de vista militar, Schulz-Kampfhenkel acreditava ser estratégica a ocupação das Guianas como forma de criar bases navais que permitissem uma ação rápida em caso de conflito com os Estados Unidos. Além disso, essa posição permitiria aos alemães o controle do fluxo comercial através do Canal do Panamá e também das exportações sul-americanas destinadas ao mercado estadunidense.³⁵

Segundo Schulz-Kampfhenkel, a invasão militar das Guianas tampouco deveria envolver grandes contingentes militares e não geraria muita comoção. De acordo com seus cálculos, três cruzadores, de um a dois submarinos armados com minas e uma tropa colonial de 150 a 300 homens armados com metralhadoras leves seriam suficientes para uma ação noturna rápida que não permitisse que a descoberta da violação da neutralidade de países vizinhos, como o Brasil, provocasse inquietações nas relações alemãs com o subcontinente. Nesse ponto a proposta de Schulz-Kampfhenkel ganha contornos um tanto fantasiosos e, como ele mesmo diz, românticos. Junto às ações no mar, ele sugeria conduzir um pequeno contingente de soldados para marchar por terra em direção a Caiena, guiados por nativos dos povos indígenas que ele contatou durante sua expedição à Amazônia brasileira e com quem, segundo ele, ainda conservava "relações amistosas".³⁶

Sobre as razões econômicas para a ocupação das Guianas, Schulz-Kampfhenkel acreditava que as semelhanças climáticas com as colônias alemãs na África não representariam grandes obstáculos à aclimatação de "saudáveis europeus". Reivindicando sua "experiência de 18 meses" de exploração pelo interior da "Guiana Brasileira", ele julgava ter uma "imagem confiável" das três Guianas europeias. Apresentando um quadro da composição racial da população, identificando inclusive os "muitos judeus atuantes no comércio" do Suriname, ele considerava que o "empenho e energia do povo alemão" poderia transformar esse território quase virgem em um "modelo colonial", sobretudo se "empregarmos força de trabalho negra de nossas colônias africanas e treinarmos corretamente a mão de obra racialmente miscigenada disponível no local."³⁷

³⁵ Idem.

³⁶ Idem, p. 35-36.

³⁷ Idem, p. 25-33.

E concluía:

“Por esses motivos – e também pela forma geral e particular como as feições políticas da Terra hão de se formar nos próximos anos – eu considero, em virtude da categórica e imperativa exigência de poder por parte dos povos mais capazes, isto é, das raças superiores da Europa unidas sob a liderança alemã, uma obrigação manifesta conquistarmos oportunamente posições no hemisfério ocidental. Nesse sentido, as Guianas são as mais próximas colônias europeias em poder dos nossos inimigos e a nós predestinadas no continente sul-americano.”³⁸

Esta avaliação bastante favorável à proposta de ocupação das Guianas pela Alemanha, entretanto, não significa que ele concordasse com o protagonismo de Peskoller na execução do projeto. Ele questionava, sobretudo, se o autor do plano possuía as características pessoais necessárias e as qualificações profissionais para desempenhar funções políticas secretas para o Estado alemão. Segundo informações recolhidas por Schulz-Kampfhenkel através de supostos “conhecidos próximos”, Peskoller possuía um caráter infantil e muito fantasioso. Além disso, ele demonstrava-se “oscilante em relação às suas concepções políticas”, o que poderia significar que ele não era um nacional-socialista convicto, despertando mais desconfiança sobre ele nos círculos mais altos do governo alemão. Essas alegações tinham o propósito de retirar Peskoller da liderança do projeto, concedendo a Schulz-Kampfhenkel esse papel.³⁹

³⁸ Idem, p. 25. Mais do que isso, para ele, o domínio alemão sobre as Guianas não afetaria as pretensões da Doutrina Monroe norte-americana e, por isso, não prejudicaria as relações diplomáticas da Alemanha com os Estados Unidos. De acordo com a sua argumentação, essa região já estava sob domínio europeu há séculos e “em razão do direito natural de exploração dos vencedores, apenas os colonizadores europeus mudariam.”. Idem, pg 34

³⁹ Idem, p. 33-34.

O documento produzido por Schulz-Kampfhenkel deve ser lido muito mais como uma evidência de sua ambição sem limites e da forma como ele buscava mobilizar os recursos políticos disponíveis em benefício das pretensões de sua própria carreira na SS no início da Segunda Guerra Mundial. (STOECKER, 2011. p. 64.)

Para ele, a conjuntura internacional favorecia a execução desse plano "romântico, porém viável". Ele avaliava que aquele era o momento oportuno para colocá-lo em prática, já que o domínio franco-britânico sobre os mares teria sido rompido. Contrariando a pressa que, de acordo com Schulz-Kampfhenkel, o momento exigia, a SS mostrou-se cada vez mais reticente em dar uma resposta definitiva à questão num curto prazo. Se, antes, a troca de correspondências não tardava mais que uma semana, a resposta ao parecer de Schulz-Kampfhenkel só foi enviada quase vinte dias depois de o documento chegar ao gabinete de Himmler. Ainda assim, o ofício parecia querer muito mais confundir e ganhar tempo, que acelerar uma tomada de decisão.⁴⁰ Apesar da insistência de Schulz-Kampfhenkel em conseguir uma resolução definitiva, os altos funcionários da SS pareciam continuar retardando um desfecho para o caso.⁴¹ Somente em 11 de junho de 1940 uma resposta do Gabinete do *Reichsführer-SS* a Heinrich Peskoller encerrou a questão. Segundo o documento, o chefe da SS, "que se encontrava no oeste", agradecia o envio do projeto e informava "não ser possível no momento dedicar-se à proposta" de Peskoller. "O assunto, entretanto, seria mantido em mente", concluía o ofício.⁴²

⁴⁰ No ofício, Brandt afirmava que Himmler saudaria se Schulz-Kampfhenkel desenvolvesse um novo projeto, dessa vez independente daquele apresentado por Peskoller. Além disso, sugeria que, caso persistissem dúvidas a respeito de Peskoller, que essas fossem sanadas diretamente com ele. Ver *Bundesarchiv* NS 19/2312. Ofício nº 786/40g do *SS-Sturmbannführer* Rudolf Brandt a Schulz-Kampfhenkel, em 14.05.1940.

⁴¹ Acreditando dar maior velocidade à solução do caso, Schulz-Kampfhenkel entrou em contato por telefone com o gabinete de Himmler. *Bundesarchiv* NS 19/2312. *Aktenvermerk: Ferngespräch mit dem SS-Untersturmführer Schulz-Kampfhenkel*. Berlim, 25.05.1940.

⁴² Encontrar-se "no oeste" era uma clara referência ao desfecho da campanha militar alemã contra a França. Com a vitória sobre os franceses e a concentração dos esforços militares alemães na batalha contra os ingleses. Ver *Bundesarchiv* NS 19/2312. Memorando secreto nº 786/40, do *SS-Sturmbannführer* Rudolf Brandt a Heinrich Peskoller. 11.06.1940.

As razões para esse aparente desdém e desinteresse podem ser variadas. Duas, contudo, nos parecem mais plausíveis. De um lado, não se pode descartar a possibilidade de que tanto a proposta de Peskoller, quanto o posicionamento de Schulz-Kampfhenkel possam ter soado mirabolantes e pouco realizáveis para a SS, que decidiu abandonar o projeto com um agradecimento ao seu idealizador original. De outro, os desdobramentos da guerra na primeira metade de 1940, com a capitulação da Holanda, Bélgica e França frente ao avanço das tropas alemãs, podem ter sido os responsáveis pela reação pouco entusiasmada da SS ao parecer de Schulz-Kampfhenkel.

O fato é que, com esse desfecho, algumas coisas ficam evidentes.

A primeira delas é que o único plano de invasão militar das Américas até agora identificado em arquivos alemães que envolveu o Brasil, tinha como alvo as Guianas, sendo a violação da soberania brasileira contingente e não objetivo central do plano: era o Amapá que seria invadido como *meio* de ocupar militarmente as Guianas.

A segunda é que ele não partiu de dentro da SS ou de qualquer outra instância governamental alemã ou do partido nazista, mas eram o produto de ambições pessoais de indivíduos que buscavam mobilizar os recursos políticos disponíveis em favor da própria carreira profissional.

A terceira é que ele foi recusado na instância mesma onde foi apresentado, não tendo chegado a qualquer outro órgão governamental ou partidário superior e, menos ainda, considerado em agências do estado ou do partido responsáveis por política externa.

A quarta é que ele foi apresentado em 1940 quando o partido nazista no Brasil já estava ilegal. E partido não foi em momento nenhum considerado como meio para a execução do plano.

Conclusão

Das dificuldades envolvidas no estudo sobre a presença do partido nazista no Brasil (e também sobre a presença do partido fora da Alemanha dos anos 20 aos anos 40) uma que se destaca é a de separar história de mito. E a dificuldade é ainda maior quando a fronteira entre ambos não corresponde àquela que separa(ria) a história escrita por profissionais daquela escrita por não-profissionais.

Policiais, jornalistas, políticos, diplomatas estrangeiros, historiadores e outros escreveram sobre o tema e foram construindo interpretações sobre o fenômeno que cruzaram as fronteiras das competências profissionais e dos campos de conhecimento. Uma destas interpretações que foi se tornando um "bem comum" a diversos produtores individuais de escritos sobre o tema é a noção de que o partido nazista funcionava aqui como uma quinta coluna com propósito facilitar a invasão do Brasil pela Alemanha nazista.

Mas esta é uma noção falsa.

De toda a massa documental de acervos diversos investigados nos últimos 70 anos, nem um único documento existe que possa servir de indício de que um plano assim tivesse sido sequer elaborado, quanto mais pautado ações de agências de Estado ou de grupos partidários.

Além disso, a ideia fundamental por trás do mito da quinta coluna é de que o partido nazista teria se infiltrado no Brasil para agir subterraneamente no país.

Mas a própria história do partido sinaliza em sentido oposto: o impulso para a construção de uma seção partidária no Brasil veio daqui e não da Alemanha, se deu de forma descentralizada e o tipo e a quantidade de atividades públicas, o auto-financiamento e as dificuldades para a gestão centralizada dos núcleos não sugerem que se tratava de uma estrutura controlada e eficientemente montada para a subversão. Além disso, não há qualquer indício de que tenha sido, depois de criada, direcionada para a preparação ou para a execução de um plano de agressão à soberania brasileira.

Contudo, ainda que falar que o Partido Nazista no Brasil funcionou como uma quinta coluna seja empiricamente falso, não se pode negar que aqueles que viveram nos anos 30 e 40 tinham razões para acreditar nisto e agiram de acordo com esta crença. A Campanha de Nacionalização e a montagem de uma estrutura de repressão policial ao partido nazista foram respostas dadas a uma ameaça que, mesmo inexistente, era tomada como real.

Aos nossos olhos, entretanto, e depois de muita pesquisa documental, carece de qualquer fundamento a tese de que o governo alemão nutriu em algum momento a intenção de ocupar militarmente o Brasil.

O caso de Schulz-Kampfhenkel é, neste sentido, excepcional: ele mostra de forma nítida que ideias, formalizadas ou não em *projetos*, ainda que tenham existido, nunca se transformaram em um "plano", ou seja, em política de Estado. O fato de que um indivíduo que, por qualquer razão que seja, tenha pensado que seria uma boa ideia invadir a América do Sul e, para isto, ferir a soberania brasileira, não pode ser tomado como representativo de uma posição do Estado alemão, ainda que, como no caso tratado, ele faça parte de uma estrutura para-estatal como a SS.

De fato, pode-se dizer com segurança que pelo menos um projeto de agressão à soberania brasileira existiu. Mas ele considerava a violar a soberania brasileira somente para o trânsito de tropas para o ataque às Guianas, não previa ocupação de território e não fazia qualquer menção à seção do partido nazista existente no país. E, além disso, ele foi recusado pelos nazistas já em uma instância decisória inferior, sem jamais haver chegado a uma das agências de Estado ou do partido envolvidas em política externa.

O raciocínio indutivo para casos como este mostra claramente seus limites: ainda que projetos deste tipo tenham sido elaborados (e até agora só este é que foi identificado), para considerá-los como projetos de Estado ou de governo, é absolutamente necessário que se possa demonstrar que eles foram incorporados como política de Estado, o que, até agora, não é o caso.

Mas em geral isto não tem a menor importância quando o tema é o partido nazista no Brasil e o mito da quinta-coluna que o acompanha.

Neste caso específico foi o mito, e não a realidade, que produziu consequências concretas nas políticas de Estado em relação não somente ao partido nazista, mas também em relação à população de língua alemã e que tem inspirado escritos sobre o partido nazista no Brasil desde então.

E isto significa que os mitos, ainda que sejam mitos, podem se constituir em verdades tão firmes que, pelo menos nos seus efeitos e na forma como agentes orientam suas ações por eles, viram realidade e, em alguns casos extremos, teimosamente, viram até mesmo história.

Bibliografia:

AMORIM, Aluizio Batista de. *Nazismo em Santa Catarina*. Florianópolis, Insular, 2000.

ARTÚCIO, Hugo Fernandez. *Nazi Underground in South America*. New York/Toronto: Farrar & Rinehart, 1942.

ASH, Mitchell G. *Wissenschaft und Politik als Ressourcen für einander*. In: VOM BRUCH, Rüdiger, KADERAS, Brigitte (Org). *Wissenschaften und Wissenschaftspolitik: Bestandsaufnahmen zu Formationen, Brüchen und Kontinuitäten im Deutschland des 20. Jahrhunderts*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2002, pp. 32-51.

AXELROD, Alan. *Encyclopedia of World War II*. New York: Facts On File books, 2007. Pg 332.

BARTELT, David D. *Die Auslandsorganisation der NSDAP in Brasilien in Rahmen der deutsch-brasilianischen Beziehung 1931 bis 1939*. (Dissertação de Mestrado) Berlin: FU-Berlin, 1991.

COHEN, Esther. *O Governo Federal e o Partido Nazista no Brasil*. (Dissertação de Mestrado em História) Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1988.

COSTA, Sergio Corrêa da. *Crônica de uma Guerra Secreta. Nazismo na América: A Conexão Argentina* Rio de Janeiro: Record, 2004.

O'DALBEY, Richard. *The German private schools of Southern Brazil during the Vargas years*. Indianapolis, 1969. (Dissertation)

DE JONG, Louis. *Die Deutsche Fünfte Kolonne im Zweiten Weltkrieg*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt. 1959.

DIETRICH, Ana Maria. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo sob a mira da Polícia Política*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2007.

DOLEZAL, Helmut. *Hörbiger, Hanns*. In: **Neue Deutsche Biographie** 9 (1972). P. 352. [Versão online]; URL: <http://www.deutsche-biographie.de/pnd118552147.html>

EBEL, Arnold. *Die Diplomatischen Beziehungen des Dritten Reiches zu Argentinien unter besonderer Berücksichtigung der Handelspolitik (1933-1939)*. Landau/Pfalz: Druckerei Dr. A. Kraemer KG., 1970.

FALCÃO, Luis Felipe. *Entre Ontem e Amanhã: Diversidade Cultural, Tensões Sociais e Separatismo em Santa Catarina no Século XX*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil: Germanismo, Nazismo, Integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O Perigo Alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1991.

GRISHIN, Yuri. "El Fracaso de los Planes Hitlerianos en America Latina". In: *América Latina*. Moscou: Progreso Nr. 2, 1975.

HARMS-BALTZER, Käte. *Die Nationalisierung der deutschen Einwanderer und ihrer Nachkommen in Brasilien als Problem der deutsch-brasilianischen Beziehungen 1930-1938*. Berlin: Colloquium Verlag, 1970.

HÄNEL, Wolfgang. *Herman Rauschnings 'Gespräche mit Hitler': Eine Geschichtsfälschung*. Ingolstadt: Veröffentlichung der Zeitgeschichtlichen Forschungsstelle Ingolstadt, 1984.

HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasilien in ein überseeisches Neudeutschland*. (Tese de Doutorado). Rostock. Univ. de Rostock, 1966.

HILDEBRAND, Klaus. *Vom Reich zum Weltkrieg: Hitler, NSDAP und die koloniale Frage 1919-1945*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1969.

JACOBSEN, Hans-Adolf. *Nationalsozialistische Aussenpolitik 1933-1938*. Frankfurt/M, Alfred Metzner Verlag, 1968.

KOSSOK, Manfred. 'Sonderauftrag Lateinamerika': *Zur deutschen Politik gegenüber Lateinamerika 1938 bis 1942*. In: **Lateinamerika: Zwischen Emantipation und Imperialismus (1810-1960)**. Berlin: Akademie Verlag, 1961.

MAGNUS, Arthur W. von. *Die neue Phase der Monroedoktrin angesichts der bedrohung Lateinamerikas durch die totalitaren Staaten (1933-1945)*. (Tese de Doutorado) Berlim: Universidade Livre de Berlim, 1956.

MORAES, Luis Edmundo de S. *Konflikt und Anerkennung: die Ortsgruppen der NSDAP in Rio de Janeiro und Blumenau*. Berlim: Metropol Verlag, 2005.

MORAES, Luís Edmundo de S. "NSDAP no Brasil: Problemas de Pesquisa". In: Mauricio Parada. (Org.). *Fascismos: Conceitos e Experiências*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2008, v., p. 201-231.

POMMERIN, Reiner. *Das Dritte Reich und Lateinamerika*. Düsseldorf: Droste Verlag, 1977.

PY, Aurélio da Silva. *A Quinta Coluna no Brasil: A conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1942.

RAMBO, Arthur Blásio. *Nacionalidade e Cidadania*. In: MAUCH, Claudia e VASCONCELLOS, Naira. (Orgs.) **Os Alemães no Sul do Brasil: cultura, história e etnicidade**. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

RAUSCHNING, Hermann. *Hitler M'a Dit*. Paris: Coopération, 1939.

RIBAS, Antonio de Lara. *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*. Florianópolis: DOPS/SC, 1943.

SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto, KAHLE, Gerd. *Rätsel der Urwaldhölle: Vorstoß in unerforschte Urwälder des Amazonasstromes*. Berlin: Deutscher Verlag, 1938,

SEITENFUS, Ricardo. *A Entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Puc/RS, 2000.

SEYFERTH, Giralda. *A Liga Pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis*. In: **História: Questões & Debates**. 1989, 10(18/19): 113-155.

STOECKER, Holger. *Die Jagd auf der letzte „weiße Flecken der Erde“: Stationen eines juvenilen Expeditionsreisenden, 1910-1941*. In: FLACHOWSKY, Sören, STOECKER, Holger (Org.) **Vom Amazonas an die Ostfront: der Expeditionsreisende und Geograph Otto Schulz-Kampfenkel (1910-1989)**. Köln, Weimar, Wien: Böhlau Verlag, 2011.

TOBIAS, Fritz - *Auch Fälschungen haben lange Beine. Des Senatspräsidenten Rauschnings 'Gespräche mit Hitler'*. In: CORINO, Karl (Org.) **Gefälscht! Betrug in Politik, Literatur, Wissenschaft, Kunst und Musik**. Nördlingen, 1988.

TROTZ, Joachim. *Zur Tätigkeit der deutschen V. Kolonne in Lateinamerika*. In: **Wissenschaftliche Zeitschrift der Universität Rostock**. Jg. XIV, 1/2. Rostock, 1965.

